

PRIMEIRO PRINCÍPIO

SCOT, Duns. **Tratado do Primeiro Princípio**. Tradução de Carlos Nougué. Ed. Bilíngue. São Paulo: É realizações, 2015, 152p.

Francis Regis Almeida*

A obra do escolástico João Duns Scot, *Tratado do Primeiro Princípio*, foi recentemente trazida à tona pela editora *É REALIZAÇÕES* e traduzida pelo professor Carlos Nougué. Novamente o pensamento escolástico aparece em pleno vigor nos nossos tempos. A Idade Média foi um período de grande labor filosófico e os efeitos disso ainda geram questionamentos hoje em dia.

Seria, para o pensamento contemporâneo, obsoleto pensar em Deus? Não vale o esforço por investigar sobre um ser transcendente do qual todas as coisas dependem para existir? É irracional pensar acerca de um ser ao qual tudo o que existe estaria a ele teleologicamente orientado? Scot, nessa obra acima citada, indicou um caminho reflexivo que desemboca em uma origem primeira de todas as coisas. As conclusões feitas por Scot postulam inequivocamente um ser que tudo transcende, mas, ao mesmo tempo, se faz presente em tudo; mantendo toda a existência ordenada e orientada a ele.

O *Tratado do Primeiro Princípio* é uma obra metafísica que se esforça para provar a existência de Deus mediante o rigor da lógica, da razão argumentativa e de sutilezas conceituais. O texto do Doutor Sutil está distribuído em quatro capítulos sistematicamente escalonados; cada capítulo exhibe conclusões tão rigorosamente concatenadas que, se uma é tirada, todas as demais se perdem na ordem lógica.

No primeiro capítulo, Duns Scot apresenta quatro divisões que dizem respeito ao ordenamento essencial do ser. O frade franciscano expõe a primeira ordem da divisão como *ordem de eminência e dependência* e pode ser entendida da seguinte forma: “na ordem de eminência, chama-se de primeiro ou anterior o que excede, e o posterior o que é excedido, [...] na ordem de dependência, chama-se anterior aquilo de que algo depende” (p. 27). A segunda ordem da divisão é a relação entre aquilo que causa e o “fruto” desse acontecimento, o causado. Interligando-se com a ordem anterior, aquilo que é causado é necessariamente

* Graduado em Filosofia e graduando em Teologia (PUC Minas). E-mail: francisregisalmeida@gmail.com.

dependente de sua causa: “o que depende é causado, e aquilo de que depende é sua causa” (p. 29).

Scot nos lembra Aristóteles, pois é possível notar que essa ordem lógica traçada na obra tem suas raízes na metafísica aristotélica: tudo que existe ou possa vir a existir depende de algo que o faça existir, ou seja, tudo tem uma causa, uma finalidade, não somos devedores do acaso. A terceira e a quarta ordens referem-se à “ordem da dependência entre causa e causado e ordem decorrente da dependência entre causado e causado” (p. 15). O doutor sutil leva-nos a concordar que, mesmo que queiramos, nada criado pode dar a si mesmo o ser, porque é o Primeiro Princípio que faculta a possibilidade de existência dos seres, e, aquele precede as demais coisas existentes: “é primeiro em natureza e essência o que pode existir sem o posterior, e não vice-versa” (p. 27). Os seres não podem dar a si mesmos a vida.

O segundo capítulo tem como título “Exame das quatro divisões referidas e comparação justificada entre seus extremos”. Scot analisa cada uma das ordens referidas no capítulo precedente e ergue as conclusões baseadas também nas quatro causas aristotélicas: eficiente, formal, material e final. Essas estão intrinsecamente ordenadas, e, se algo é criado e ordenado, tenciona-se a um fim, e se tem um fim, existe algo que o principia:

Em qualquer ordem essencial é impossível o círculo. Se algo é anterior ao primeiro, é anterior ao posterior: da negação da segunda proposição segue-se a negação da primeira. Além disso, se assim não fosse, algo seria essencialmente anterior e posterior com relação à mesma coisa, e consequentemente mais e menos perfeita que ela ou dependente e independente com respeito a ela, mas tais proposições estão muito longe da verdade. (SCOT, 2015, p. 33).

Todo efeito é orientado a um fim de que lhe é próprio. Não existe coisa alguma criada que se ordena a si mesma. O próprio ato de criação já deduz uma orientação. Há, aqui, como se pode notar, um contraponto em relação à filosofia moderna que coloca no sujeito a primazia do ordenamento, ou seja, o sujeito tem o sentido de sua existência em si mesmo. Nessa obra, vemos o contrário, o sentido está fora das coisas e não nelas mesmas.

No terceiro capítulo, Duns Scot fala da primazia do Primeiro Princípio. Ora se todos os entes existentes deixam de existir, o que faz com que a própria existência continue a prevalecer? Nos capítulos anteriores, o escocês afirmou que nada pode criar-se a si mesmo, se não pode dar a si mesmo a existência, tão pouco pode perpetuá-la. De acordo com esse raciocínio, deve existir algo que seja eterno, que governe a existência sem a ela se mesclar, algo essencialmente em ato, pois a potencialidade é indício de imperfeição, e que seja superior a todo e qualquer ser. Esse ser é para o filósofo franciscano, Deus, o incipiente

absoluto, a realidade ontológica por excelência. O Primeiro Princípio não é mais o motor meramente imóvel aristotélico. A evidência de um ser primeiríssimo é racional: “por conseguinte, há algum ente anterior que não é posterior, o qual, portanto é o primeiro, e algum ente posterior, o qual não é o primeiro; mas não há ente que não seja ou anterior ou posterior” (SCOT, 2015, p. 77).

No quarto capítulo do *Tratado do Primeiro Princípio*, evidencia-se que o ser primeiro possui inteligência e vontade. Tudo aquilo que se aplica aos demais seres de forma débil, imperfeita, aplica-se ao primeiro princípio de forma plena, perfeitíssima.

A obra utilizada para essa resenha se reveste de importância quando observamos um mundo contemporâneo que ainda busca sentido para a vida, logo, por que não atribuir a Deus, neste caso, o Primeiro Princípio, o sentido pleno para a vida? Para finalizar retomo as perguntas feitas no primeiro parágrafo e as respondo.

Primeira: não é obsoleto pensar em Deus? Respondo: não. Pois, o *Tratado do Primeiro Princípio* aponta para um possível sentido norteador que atinge e orienta toda a existência, logo pensar na existência ontológica de Deus atualiza e mantém a razão de ser das coisas. Segunda: não vale o esforço por investigar sobre um ser do qual todos os entes dependam para existir? Respondo: Sim. Vale todos os esforços para conhecermos a causa de nossa existência, pelo simples fato de que não temos o poder de nos dar a existência, e nem fazer com que ela se preserve eternamente. Terceira: é irracional postular a existência de um ser ao qual tudo que existe estaria teleologicamente orientado? Respondo: não. É razoável pensar num ser do qual tudo deriva e para o qual tudo se oriente. Pois se todas as coisas passam a existir por causa do ser primeiro, do mesmo modo todas as coisas para ele regressam.

A filosofia de Duns Scot revela Deus, a Realidade segundo a qual todas as coisas possivelmente podem encontrar significado, rumo, vocação e destino. A leitura de João Duns Scot, além de nos lembrar da abertura contida em todo e qualquer ser humano – a abertura para o transcendente –, é um excelente exercício de argumentação filosófica. Pode-se ainda observar o quanto a sutileza conceitual de Scot abre caminhos para o Modernismo filosófico e para a contemporânea lógica de múltiplos valores que, *mutatis mutandis*, já é exercitada em plena Idade Média.